

Título: A utilização de soldados *mujahidins* e mercenários nos conflitos africanos e nos Balcãs: O caso da Somália e da Bósnia-Herzegovina.

Marco Tulio Delgobbo Freitas

1.0 Introdução

Este artigo traça o perfil das atuações dos soldados *mujahidins* e das companhias privadas de segurança nos conflitos da Somália em 1992 e na Bósnia-Herzegovina no mesmo ano. Em ambos os casos fica latente a mudança dos conflitos pós- Guerra Fria, saindo de um contexto de conflito entre os Estados para um cenário de caos civil, guerra urbana, massacre étnico de civis entre outros, desencadeando as intervenções humanitárias dos anos 90. Na apresentação deste artigo, será exposto de que forma estes dois atores implicaram no desenrolar da conflagração do conflito.

Mais característico no caso africano, a utilização de companhias privadas de segurança, isto é, de forças mercenárias atuando em vários países africanos, nos trazem um quadro da evolução dos conflitos ocorridos na África, em que, para buscar a legitimidade e na falta de suprir a segurança para sua população, a solução tomada por alguns governos locais foi a contratação de companhias privadas de segurança.

Tanto no caso da Somália quanto o da Bósnia-Herzegovina, a utilização de soldados *mujahidins* tiveram um duplo efeito: a expansão da fé islâmica em alguns países, baseado na reversão de parcelas da população local e na criação de bases terroristas utilizando estes conflitos no aperfeiçoamento de suas táticas e estratégias, principalmente no que tange à guerrilha urbana.

2.0 História da missão na Somália.

A Somália é ainda nos dias atuais um país muito pobre, que se estende ao longo da ponta mais oriental da África. Sua pobreza foi agravada pelas secas e em 1988, por uma guerra civil. País de organização descentralizada foi governado ditatorialmente pelo general Sidi Barre¹ de 1969 até 1991, quando foi derrotado por facções rivais. Porém as facções vitoriosas começaram uma disputa pelo vácuo de poder deixado por Barre, submetendo a Somália a um caos e, como consequência deste fenômeno, viu-se o

¹ Em 1969 o general Mohamed Siad Barres, por meio de um golpe militar, assumiu o poder na recém independente República Somali. Após a guerra com a Etiópia (1974-88) e a culminação de uma guerra civil com a parte Noroeste, em janeiro de 1991 forças rebeldes depõe o general Barres (HIPPEL, 2000).

alastramento da fome² de maneira espantosa. Entidades humanitárias enviaram alimentos, que foram sendo confiscados por clãs armados³, em especial pelo clã liderado pelo general Mohamed Farrah Aidid⁴. É nesse ambiente que tropas dos EUA intervêm no país, com autorização da ONU, em 1992.

A intervenção internacional na Somália destaca-se no histórico das Missões de Paz desenvolvidas pela ONU, por ser a primeira a ser desenvolvida após o fim da Guerra Fria e por ser uma intervenção multilateral em uma sociedade sem governo.

“A situação estava muito além da experiência de manutenção de paz da ONU desenvolvida nos quarenta anos anteriores – simplesmente não havia precedente para o desdobramento de forças humanitárias da ONU em missão humanitária que não fosse de manutenção de paz, onde não existia governo que possibilitasse negociação e onde as decisões práticas, portanto, estariam sempre entre a conciliação com os que detinham o poder no terreno ou a oposição a eles pela força”. (HIPPEL, 2000).

Foi neste cenário que o Conselho de Segurança, a partir da resolução nº 751, aprovada em 24 de abril de 1992, estabeleceu a UNOSOM I (*United Nations Operations in Somalia I*).

Esta Operação de Paz foi composta por um contingente reduzido e não fugiu da tradicional missão de manutenção de paz (*peacekeeping*) com o objetivo de separar os contenciosos do conflito. E no entanto, resultou em um desastre visto a tamanha complexidade e proporção que o conflito ganhou.

Seguindo-se a ação humanitária e no sentido de procurar criar um governo estável, os EUA passaram a considerar Aidid e seus seguidores como obstáculo⁵ e a combatê-lo empregando forças especiais apoiadas por helicópteros de combate. O secretário das

² HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela Força**. Bibliex, Rio de Janeiro, 2000.

³ *Ibden*.

⁴ O general Mohamed Farrah Aidid foi educado em Roma e em Moscou. Foi recrutado em 1950 para servir na polícia colonial italiana e participou da guerra contra a Etiópia e foi chefe da inteligência somali durante o governo do general Barre (HIPPEL, 2000).

⁵ HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela Força**. Bibliex. Rio de Janeiro, 2000.

Nações Unidas era o general egípcio Boutros Gali, simpatizante, segundo Aidid da tribo Danrod do ex-ditador Barre.

Em dezembro deste mesmo ano, começa a entrar em operação a UNITAF. A Força Tarefa Unificada⁶, capitaneada pelos EUA, conseguiu reduzir a fome reinante, porém foi incapaz de criar um governo de coalizão. Aidid, visto como criminoso de guerra pelos EUA, foi considerado como principal obstáculo à operação. A UNITAF, tinha o papel de implementar a paz (*peace-enforcing*), proteger a ajuda humanitária, bem como tentar reconstruir as forças de polícia local.

Em 26 de março de 1993 o Conselho de Segurança aprova a UNOSOM II (*United Nations Operations in Somalia II*) através da Resolução nº 837, novamente capitaneada pelos EUA. Na Resolução apresentava-se uma forte tendência, que não se concretizou, de reconstrução de Estado. Os planos militares dos EUA na Missão de Paz Somália apresentavam uma estratégia inspirada na “Doutrina Powell” apontando que a Operação de Paz, a ser desenvolvida, não poderia prolongar o tempo necessário, através do emprego de uma grande concentração de militares no começo e depois que a paz fosse restaurada, entregava-se a uma força multinacional de manutenção.

No dia 5 de junho de 1993, 24 soldados paquistaneses foram mortos em uma emboscada por milicianos de Aidid. No dia 6 de junho, o Conselho de segurança determina a detenção e o julgamento dos responsáveis, o que começa a transformar a UNOSOM II de uma missão “imparcial” de ajuda humanitária em uma caça generalizada a Aidid. A partir daí, Aidid declara guerra à ONU que teve suas instalações atacadas por lança-rojões de propulsão RPG, disparadas por seus milicianos. É neste teatro que o presidente Clinton envia tropas da Força Delta para apertar o cerco contra Aidid⁷. Em 3 de outubro de 1993, apoiados por helicópteros AH-16, MH-6 e H-60 e um comboio terrestre de 9 Humvees de carroceria larga e 3 caminhões de 5 toneladas, destinados ao transporte de prisioneiros, tropas Deltas, *Rangers*, 3º Batalhão do 75ª de Infantaria e uma equipe especializada em Busca e Salvamento, receberam a missão de entrar no mercado de Mogadíscio para aprisionar dois lugar-tenentes de Aidid e retornar à base⁸. A operação foi estimada para durar cerca de uma hora e foi iniciada na tarde de domingo. Parte da tropa, porém foi aferrada e cercada por somalis, tendo que combater

⁶ Também chamada de Operação *Restore Hope*.

⁷ HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela Força**. Bibliex, Rio de Janeiro, 2000.

⁸ BOWDEN, Mark. **Falcão Negro em Perigo**, Rio de Janeiro, Landscape Editora.

durante uma noite contra milhares deles fortemente armados, até serem resgatados por uma coluna de socorro. Esse combate e a morte dos paquistaneses, em junho, marcaram um triste capítulo na história das intervenções da ONU⁹.

2.1 História da missão na Bósnia-Herzegovina.

O conflito na ex-Iugoslávia demonstrou que a Europa não tinha condições de resolver uma crise armada em sua área, e mesmo a OTAN, chamada a intervir pela primeira vez, desde a sua criação, mostrou-se inoperante para impedir a atuação sérvia na Bósnia. Somente a ação decisiva dos EUA e o emprego de suas tropas na região pode dar respaldo ao Acordo de Dayton¹⁰.

Até os anos 90, o Estado socialista iugoslavo dividiu-se politicamente nas repúblicas da Sérvia, Montenegro, Macedônia, Croácia, Bósnia-Herzegovina e Eslovênia, e as duas regiões autônomas da Vojvodina e de Kosovo. O governo do marechal Tito orientou seus atos no objetivo de manter os eslavos do sul unidos. Desta maneira reconheceu a etnia e a nação muçulmana, a língua Macedônia e deu *status* de província autônoma á Vojvodina e a Kosovo. A morte de Tito, em 1980, e o fim da União Soviética acabaram com alguns dos motivos que mantinham os iugoslavos unidos, os quais somados aos problemas econômicos, foram suficientes para reacender antigos movimentos nacionalistas.

Com o fim da rotação de poderes na Iugoslávia o poder central começou a perder terreno para o governo local. Em 1990, referendos para a independência de algumas regiões foram feitos. Os partidos nacionalistas locais venceram com o apoio popular. Em 1991, a Croácia, a Eslovênia e a Macedônia tornaram-se independentes, seguidos pela Bósnia-Herzegovina, em 1992. A reação de Sarajevo sob o motivo de defender os sérvios da Croácia e da Bósnia acabou levando o país a uma guerra civil que durou por quatro anos.

A luta entre os Exércitos e grupos paramilitares que se formaram e a “limpeza étnica” praticada resultaram num total de aproximadamente 250 mil pessoas mortas, um grande número de mulheres violentadas, pelo menos 3 milhões de pessoas internamente

⁹ A contabilidade de vítimas desta malsucedida caçada foram de 18 *rangers* mortos e 77 feridos. Do lado somalis a estimativa foi de 300 mortos e 600 feridos aproximadamente.

¹⁰ CLARCK, Wesley. **Waging Modern War: Bosnia, Kosovo, and the Future of Combat**. Public Affairs Press, 2001.

deslocadas e cerca de um milhão de emigrados, transformando regiões urbanas da Bósnia e da Croácia em “cidades fantasmas”¹¹.

A ONU estabeleceu a *Força de Proteção na Croácia* (UNPROFOR) em 1992. Com a escalada dos conflitos, a missão foi estendida para a Bósnia e para a Macedônia. Em 1995, a ONU reestruturou a missão, criando a *Força de Paz da ONU*, que enquadrava: a *United Nations Confidence Restoration Operation* (UNCRO) na Croácia; a *United Nations Preventive Deployment Force* (UNPREDEP) na Macedônia, e a *United Nations Protection Force* (UNPROFOR) na Bósnia-Hezergovina.

Com um efetivo que chegou a mais de 60 mil homens, a ONU conseguiu manter o conflito estabilizado, e adotou uma postura mais humanitária. Com a falta de uma ação mais forte, não conseguiu, contudo, uma solução pacífica e, apesar dos esforços, foi impossível implementar as inúmeras resoluções do Conselho de Segurança para a região.

A UNPROFOR foi pensada originalmente como uma missão tradicional de *peacekeeping*, portanto, imparcial, de apoio à paz que poderia empregar seus poderes de imposição apenas para proteger o pessoal internacional, até agosto de 1995, quando então receberia o mandato que lhe ampliava os poderes coercitivos, remontando a todos os aspectos da missão na Somália. Com o decorrer da missão o seu mandato de *peacekeeping* desdobrou-se em *peace-enforcing*, repetindo-se na Bósnia a “Linha Mogadíscio”.

Em maio de 1993, após uma reunião com o Grupo de Contato - formado pelos EUA, Reino Unido, Alemanha, França e Rússia – propôs-se um plano de segurança para que os refugiados muçulmanos pudessem abrigar-se; em junho, o Conselho de Segurança concordou em proteger essas áreas “através de todos os meios necessários”, inclusive a força militar. As seis “áreas de segurança” anunciadas pelo Conselho de Segurança foram Sarajevo, Zepa, Bihac, Srebrenica, Tuzla e Gorazde.

Em 4 de fevereiro de 1994, um ataque de morteiro a um mercado de Sarajevo, de autoria desconhecida, matou 68 pessoas e feriu mais de 200. Após a pressão pública internacional, a ONU declarou uma zona de exclusão de armas de artilharia em torno da

¹¹ HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela Força**. Bibliex. Rio de Janeiro, 2000.

cidade de Sarajevo. Se os sérvios não cumprissem essa decisão, suas tropas seriam bombardeadas pela OTAN. De fato, algumas armas foram entregues, porém o comandante da ONU naquela missão, general Rose¹², sabia que as tropas da ONU dispersas e munidas de armas leves não passavam de reféns das tropas sérvias. Com isso o general Rose, não conseguia decidir-se em solicitar mais apoio das tropas da OTAN devido ao medo das tropas sérvias retaliarem contra as suas¹³.

Em 23 de abril de 1995, o presidente Clinton exigiu que os sérvios parassem de bombardear Gorazde com a ameaça de que a OTAN começaria um bombardeio maciço inclusive a alvos estratégicos. Vendo que a ameaça se tornara vazia, os sérvios ampliaram o bombardeio a outras “Zonas de Segurança” da ONU.

As “Zonas de Segurança” foram uma vitória para as tropas sérvias, pois de acordo com o autor Phillip Bobbit¹⁴, faziam parte da estratégia de “limpeza étnica”. Isto porque o exército popular da Iugoslávia e tropas milicianas por meio de um conjunto de manobras militares, dentre elas o bombardeio de artilharia, cercos, terrorismo e campos de detenção, conseguiam empurrar, cada vez, mais refugiados para essas “Zonas de Segurança”¹⁵.

Os problemas da UNPROFOR poderiam ser resumidos a alguns fatores: a falta de recursos, o pequeno efetivo para a complexidade e gravidade do problema bósnio, as regras imprecisas de engajamento, o mandato vago e mutante e a carência de unidade de comando¹⁶.

Criou-se então, uma Força de Paz sob o comando da OTAN em substituição às tropas da ONU. Como componente civil da operação internacional, criou-se o Conselho de Implementação para a Paz, com mais de 40 países e 10 organizações internacionais trabalhando com a polícia civil da ONU, o Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR), outros grupos de assistência e a Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE).

¹² General Sir Hugh Michael Rose.

¹³ BOBBITT, Philip. **A Guerra e a Paz na história moderna**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.

¹⁴ BOBBITT, Philip. **A Guerra e a Paz na história moderna**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.

¹⁵ BOBBITT, Philip. **A Guerra e a Paz na história moderna**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.

¹⁶ HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela Força**. Bibliex. Rio de Janeiro, 2000.

A IFOR¹⁷ foi composta com o efetivo de 53 mil militares. Deste total os EUA participaram com 20 mil, a Inglaterra, 13 mil, a França, 8 mil, a Alemanha, 4 mil e outros países não filiados à OTAN contribuíram o restante.

A missão dessas tropas foi de impor a paz, inclusive a monitoração da retirada e do desarmamento. O seu comandante foi autorizado a empregar a força para proteger as tropas e cumprir sua missão. As forças da OTAN também tinham a competência de prender os criminosos de guerra, mas não para persegui-los. Em dezembro de 1996, o efetivo baixou para 33 mil soldados e a IFOR (*Implementation Force*) passou a chamar-se SFOR (*Stabilization Force*) com o mesmo mandato.

Criada através da Resolução nº 1037 do Conselho de Segurança da ONU, no final de 1995, a UNTAES (*United Nations Transitional Administration for Eastern Slavonia, Baranja na Western Sirmium*) estabeleceu-se na região da Eslavônia Oriental, Baranjna e Sirmium Ocidental, no início de 1996, em substituição ao antigo Setor Leste da UNCRO (*United Nations Confidence Restoration Operation*). O efetivo autorizado a ser desdobrado na região foi de 5000 militares, 100 observadores militares, 600 policiais civis da ONU, 469 civis internacionais e 681 civis locais recrutados, num total de 6850 pessoas, com um custo de manutenção de aproximadamente 280 milhões de dólares/ano¹⁸.

A Força Militar deveria prover a segurança à região com o desdobramento de tropas na “Zona de Separação” entre sérvios e croatas, a instalação de postos de controle nos pontos de passagem, realização de patrulhamento, escoltas de comboios e segurança em pontos sensíveis. Essa força foi organizada em um comando central na cidade de Vukovar, com efetivo de 154 homens e quatro batalhões da Bélgica, Rússia, Paquistão e Jordânia. Em 1992, a Iugoslávia passou a ser formada pelas repúblicas da Sérvia e de Montenegro e as províncias de Vojvodina e de Kosovo.

Em dezembro de 2004 o problema da Bósnia-Herzegovina passa a ser da alçada regional. A União Européia lançou a “Operação ALTHEA” que tem como missão assegurar a complementação do Acordo de Dayton e o desenvolvimento seguro e saudável da Bósnia-Herzegovina.

¹⁷ *Operation Joint Endeavour*.

¹⁸ HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela Força**. Bibliex. Rio de Janeiro, 2000.

Composta com o efetivo de 7 mil homens, a EUFOR (*European Union Force in Bosnia and Herzegovina*) também é responsável em dar suporte ao Tribunal Internacional Criminal para a ex-Iugoslávia, assim como autoridades relevantes. A EUFOR é um exemplo de que a União Européia tenta resolver seus problemas de segurança através da regionalização e do comprometimento dos países que a compõe.

3.0 Mercenários: uma longa história.

“As tropas com que um príncipe defende seus domínios podem ser próprias, mercenárias, auxiliares ou mistas. As mercenárias e auxiliares são prejudiciais e perigosas” Maquiavel.

No final do século XX, a República de Serra Leoa enfrentou uma situação peculiar. Milícias civis insurgiram contra o governo vigente, iniciando uma violenta guerra civil. O fator discriminante do ocorrido foi a forma encontrada pelo governo para solucionar o conflito. Com US\$ 35 milhões de dólares, o governo de Serra Leoa contratou os serviços de uma companhia privada de assistência militar para assegurar a soberania e integridade nacional. Equipadas com helicópteros, armas modernas e tecnologia de aparelhagem bélica avançada, estas companhias possuem "soldados profissionais", militares de nacionalidade e qualificação diversas, bem como ampla experiência operativa. Essa organização adentrou efetivamente o território serra-leonês chocando-se com a milícia rebelde.

Este evento foi apenas um exemplo de um fenômeno que tem se tornado banal no cenário atual em que vive a comunidade internacional. Os chamados "soldados da fortuna" ou "cães de guerra", mais conhecidos como mercenários, são soldados de aluguel, que ao invés de lutarem por seus países, oferecem seus serviços a grupos ou governos por recompensas monetárias substanciais.

Indubitavelmente, todos os Estados se revelam suscetíveis a esse fenômeno. A despeito de estarem comumente associados ao continente africano, mercenários têm atuado em localidades tão diversas como Ásia, Balcãs, Cáucaso, América Latina, e Pacífico Sul. Do mesmo modo, eles têm sido contratados em situações alheias a conflitos armados e não somente por países em crise.

A dificuldade reside no fato de que a indústria de segurança internacional pode consistir de companhias de mercenários em larga escala a firmas de consultoria de "um

só homem" que trabalha para as Nações Unidas na reestruturação da paz em países devastados pela guerra. Como o sucedido em Serra Leoa, o limiar entre mercenários e operações de paz pode se tornar impreciso. A transparência se torna essencial para que nos casos das referidas operações, não haja indefinição de motivações; voltadas para guerra ou paz.

Nos últimos 20 anos, a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social e a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas têm adotado mais de uma centena de resoluções concernentes ao tema. Em esforço coordenado com os órgãos supracitados, o Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos Sobre o Uso de Mercenários como Meio de Impedimento do Exercício do Direito de Auto-Determinação dos Povos, atualmente representado pelo peruano Enrique Bernaldes Ballesteros, tem sido crucial ao apontar as áreas onde ocorre o fenômeno e as implicações com o advento da "Guerra do Terror", buscando uma definição internacionalmente aceita de mercenário e mercenarismo.

A forte preocupação da ONU neste sentido já se encontra manifesta na forma da Convenção Internacional contra o Recrutamento, Uso, Financiamento e Treinamento de Mercenários. Posteriormente reiterada por outro documento internacional da Organização da União Africana, intitulado Convenção para a "Eliminação do Mercenarismo na África", só veio a rememorar as fundações da Carta de São Francisco e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

A operação em Serra Leoa teve o desfecho esperado. O poder governamental legítimo foi restabelecido, a ameaça afastada, e os soldados mercenários partiram, porém em 2002, o governo britânico anunciou que haveria um estudo de viabilidade da troca de suas forças armadas em atividade na Missão de Paz em Serra Leoa, por mercenários. O documento preparado para o Ministério das Relações Exteriores afirma que empresas privadas de boa reputação podem ser capazes de realizar missões de paz de uma forma mais eficiente do que os "capacetes azuis" da ONU¹⁹.

Diferentemente dos anos 50 e 60 eram os mercenários que vendiam seus serviços de soldados em troca de pagamento, mas também gozavam o direito de saquear os

¹⁹ PAUTREMAT, Pascal Le. **Les nouveaux acteurs de la sûreté des entreprises**, Paris, 2002.

bancos centrais das capitais onde combatiam e furtar diamantes²⁰. Hoje, eles são até mais numerosos que no passado, mas bem diferentes daqueles do passado, os mercenários aventureiros, que combateram em Katanga ou no Congo.

Na realidade, o meio mercenário conta com menos quadros do que há 40 anos, no final da guerra da Argélia. A votação na França, de uma lei de proibição da atividade mercenária²¹, em 3 de abril último, fará com que oficiais e políticos franceses hesitarão mais do que antes em dar o primeiro passo para uma atividade privada que passou a ser criminosa.

Segundo o autor Jean-Philippe Daniel, a retirada das tropas francesas da África, há mais de 10 anos, criou uma nova demanda nos serviços militares. Isso desembocou, em "uma privatização da assistência militar técnica²².

A origem militar dos mercenários franceses está na raiz de suas relações ambíguas com os serviços secretos e de informação do país. As principais matrizes são os regimentos de pára-quedistas, as tropas da marinha (ex-coloniais) e a Legião Estrangeira. Com 20, 25 ou 30 anos, esses homens deixaram uma instituição considerada excessivamente burocrática para assumir responsabilidades no âmbito de grupos operacionais mais unidos.

Recorrer a soldados "privados" - termo que freqüentemente substitui o de mercenário, considerado pejorativo - apresenta para o Estado duas vantagens importantes. Ele se exime, desse modo, de qualquer controle democrático, sem risco de chocar a opinião pública.

Em sua função de intermediária da política governamental, a operação mercenária insere-se, muitas vezes, em um esquema bem coordenado, assim resumido por um ex-agente especial: assistência militar, mercenários, tropas regulares. Esse esquema se aplica, aliás, à situação ocorrida na Costa do Marfim no dia seguinte ao do golpe de Estado de 19 de setembro de 2002. Depois que o ministro das Relações Exteriores da

²⁰ Idem.

²¹ Apresentada pelo ministro da Defesa da França, Alain Richard, essa lei foi aprovada por unanimidade pela legislatura atual. Ela pune com multas e pena de prisão (cinco a sete anos) a participação direta em hostilidades de mercenários (e a organização dessa atividade).

²² DANIEL, Jean-Phillippe. *La politique militaire de la France au Sud du Sahara, du discours de la Baule à l'opération Hadès: du désengagement à la privatisation?*. Université de Panthéon-Sorbonne, 2000.

França, Dominique de Villepin, pediu ao presidente da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo, que retirasse os mercenários a seu serviço, as tropas francesas se empenharam em fazer respeitar o cessar-fogo. A França dificilmente poderia intervir abertamente para auxiliar um regime que lhe nutre pouca simpatia e que não se preocupa com os direitos humanos, como demonstra a existência dos "esquadrões da morte". Por outro lado, poderia utilizar os mercenários, cujos abusos haviam sido, prévia e devidamente, explorados pela mídia.

Portanto, ainda que circunscritos a pequenos papéis, os mercenários ainda são, eventualmente, instrumentos da política externa da República. Na França, como em outros lugares, um certo número de agências especializadas constitui pivôs para obtenção desse tipo de emprego. As mais conhecidas agências de segurança privadas ou empresas de prevenção e gestão de crises se preservam de manter qualquer elo que seja com esse gênero de atividade, mas a fronteira com as empresas militares privadas permanece fluída. Nada em comum, entretanto, com as grandes empresas anglo-saxônicas - *Sandline International*, *Dyncorp*, *Defense System Ltd*, *Military Professional Resources Incorporates (MPRI)*, *Wackenhut*, etc. - prontas a instalar, em tempo recorde, dispositivos sofisticados em materiais e em homens.

3.1 Mercenários do século XXI.

Durante as guerras coloniais na África, os mercenários foram utilizados em larga escala pelas potências européias da época que não queriam perder suas colônias ultramar. Atualmente no lugar destes, despontou um impessoal e anônimo entrelaçado de sociedades especializadas em serviço de seguranças, filiais, financeiras e companhias mineradoras, que deslocam capitais e "cães de guerra" *high-tech*, com a habilidade e agilidade de uma corporação globalizada.

Seus diretores executivos e administradores delegados, todos ex-oficiais e agentes de serviços secretos das forças armadas, não usam o uniforme militar, mas paletós e gravatas mantêm relações com todas as organizações de segurança nacional das grandes potências, com os chefes de Estados do Terceiro Mundo, com muito mais competência e poder de persuasão que seus predecessores.

A grande novidade dos mercenários do futuro está sobretudo na habilidade empresarial. Enquanto os mercenários de outrora combatiam pagos por uma grande companhia mineradora, hoje, os mercenários são donos ou acionistas de uma ou outra companhia à qual os governos locais concederam lucrativos contratos de prospecção e de exploração, e essa companhia, por sua vez, faz parte de uma holding com interesses multiformes.

A *Sandline Internacional*, de origem inglesa, e a *Executive Outcomes* (EO), de origem sul-africana, as duas multinacionais mercenárias mais famosas na África do Sul, agora uma só para escapar de problemas causados pela "lei antimercenários" desse país, participam da *Corporation Strategic Resources*. Esta, através de várias sociedades com atividades que vão dos serviços de segurança, *Sandline Internacional* e *Life-Guard*, ao transporte aéreo, *Ibis Air*, desarmamento de minas, à informática, ao mercado financeiro e especialmente, à extração minerária, *Diamond Works*, *Heritage Oil & Gas*, *Branch Energy*, é controlada, por sua vez, pela *Adson Holdings*.

Em Serra Leoa, um exemplo típico: em 1995, os homens da EO, além de fornecer assistência técnica ao exército que combatia a guerrilha da Frente Revolucionária Unida, adestrar os recrutas das forças armadas e das milícias tribais, protegiam as concessões minerárias da *Branch Energy*.

Quando em 1997, a *Sandline* substituiu a EO, foi estabelecida uma situação semelhante: o contrato de engajamento pedia que governo de Serra Leoa fizesse concessões no distrito diamantífero de Pujehun à *Diamond Works* da qual a *Branch Energy* é subsidiária. E esses não são casos isolados.

A israelense *Levdan*, especializada no treinamento de guardas de segurança presidenciais na África, está unida a uma firma de comercialização de diamantes, a *Kardan Investment*, que - por seus serviços no Congo Brazzaville - foi autorizada a realizar prospecções petrolíferas no país. Depois da queda do presidente Lissuba, ela foi substituída por militares cubanos em troca de uma notável soma de dólares e isso prova que o fenômeno dos mercenários não depende de uma mentalidade colonialista ou de uma prática capitalista.

Sempre em Angola, a sociedade de capital belgo-holandês, *Internacional Defence and Security* (IDAS), conseguiu uma concessão diamantífera numa área de quase 100 mil km², por serviço em matéria de segurança.

4.0 Mujahidins: Breve relato.

No dia 27 de Dezembro de 1979, as tropas soviéticas tomavam de assalto o palácio presidencial de Cabul e assassinavam o Presidente afegão, Hafizullah Amin, desencadeando um conflito de dez anos, com repercussões a nível mundial.

A queda, por tropas próximas da URSS, em Abril de 1978, do Presidente Daud, demasiado independente, não tinha satisfeito Moscou. Em 1979, uma operação aérea deixa milhares de soldados soviéticos no pequeno país muçulmano do coração da Ásia, cercado por montanhas desertas. Em Cabul, acontecem os primeiros combates e Amin é eliminado pelos comandos especiais soviéticos os *spetsnazs*.

Pouco a pouco, a moral da resistência fortalece-se, encorajada pela mobilização internacional. Armada pelos EUA, financiada pela Arábia Saudita e assistida logisticamente pelo Paquistão, ganha força e a *jihad* atrai combatentes de todo o mundo.

Apesar de prever uma vitória fácil, a URSS afunda-se num conflito com dez anos e onde perde 15 mil soldados, matando 1,3 milhões de afegãos. Os soviéticos não conseguiram cortar as linhas de abastecimento da resistência.

Desde a invasão soviética no Afeganistão, o Ocidente conheceu mais um ator do mundo árabe: os *mujahidins*. Os “mujs”, como eram chamados pelos soviéticos, -- combatentes do povo-- seguem orientação marxista e são classificados como terroristas pelos Estados Unidos e pela União Européia.

Após a participação de *mujahidins* na resistência afegã, as crises africanas e a guerra civil instalada na ex-Iugoslávia, seriam as oportunidades para a inserção destes combatentes.

Durante os conflitos africanos, principalmente na Somália, houve suspeitas que integrantes das fileiras de Aidid, eram *mujahidins* veteranos altamente capacitados e que

foram os responsáveis pela instrução dos milicianos deste general. Não obstante, ainda há suspeitas do envolvimento de Osama Bin Laden neste episódio²³.

No caso iugoslavo, forças *mujahidins* lutaram na Bósnia-Herzegovina assistidas pelos governos do Oriente Médio²⁴, que tinham um duplo objetivo:

1. Lutar pelos muçulmanos bósnios, visto que não foi possível o envio de armas a estes atendendo o embargo imposto pelas Nações Unidas;
2. Os governos muçulmanos que auxiliaram os muçulmanos bósnios tinham o objetivo de expandir sua área de influência para a Europa Oriental, com o surgimento de algumas províncias autônomas de formação predominantemente muçulmana²⁵.

Além deste envolvimento direto dos governos do Oriente Médio, ficaram registradas em um documento elaborado pela Comissão de Direitos Humano da ONU, postos de recrutamento espalhados pela Europa, com a finalidade de recrutar *mujahidins* espalhados pelo velho mundo²⁶.

5.0 Conclusão: *Mujahidins e o “neo-mercenarismo”*

“Quando precisávamos de soldados aguerridos para separar os combatentes dos refugiados, cheguei a pensar na possibilidade de contratar uma empresa privada. Mas o mundo talvez não esteja pronto para privatizar a paz”. Koffi Annan

A partir dos anos 90, com as intervenções humanitárias e conflitos de baixa intensidade, ocorreu o reaparecimento dos mercenários, mais profissionais neste momento, e de um movimento de transformação do paradigma daquilo que seria o soldado *mujahidin*.

²³ Utilizando suas empresas, Bin Laden coordenou uma vasta operação para introduzir na Somália e em Cartum, no Sudão, em 1993, cerca de 3 mil terroristas de vários países, a maioria dos quais que havia lutado no Afeganistão contra a invasão soviética, bem como grandes quantidades de armas e equipamentos, além de 900 combatentes do Hezbollah. Desde Cartum, organizou um conjunto de linhas de comunicação e sistemas de apoio logístico, principalmente através da Etiópia e Eritreia. Em 26 de setembro de 1993, uma emboscada abateu um helicóptero *Blackhawk* em Mogadíscio, capital da Somália, e as imagens na TV mostraram uma turba arrastando os corpos dos militares americanos pelas ruas. Pode ser dito que esse foi o início da luta contra as tropas norte-americanas e da ONU que encontravam-se na Somália e em 1º de março de 1994 grande parte das forças norte-americanas já haviam deixado esse país.

²⁴ KEPEL, Gille. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. BIBLIEX. Rio de Janeiro, 2003.

²⁵ Idem.

²⁶ Foram verificadas as devidas ações ilegais: de 4 a 5 mil soldados *mujahidins* foram recrutados no Afeganistão, Irã, Arábia Saudita, Paquistão, Egito, Jordânia, Marrocos, Turquia e Sudão. Há provas de que estes soldados participaram em matanças de civis sérvios, alguns esquartejados e sexualmente agredidos nas aldeias de Gorazde, Vutez, Zvornik, Kotor-Varos, Travnik, Milici e Teslic. Em setembro de 1992, 200 mercenários *mujahidins* se infiltraram em Cazin, Krajina, vários destes soldados foram recrutados na Alemanha e na Áustria.

Os grupos que apoiavam os movimentos de resistência que envolvia os soldados *mujahidins*, com o tempo foram abandonando a ligação que tinham com o aspecto ideológico e começaram a praticar atos semelhantes com a atividade mercenária²⁷.

Esses grupos podem ser também cidadãos armados responsáveis por missões de segurança, como as milícias, grupos de patriotas e outras guardas municipais argelinas que chegavam a reunir 140 000 pessoas²⁸. Neste caso, o Exército Nacional Popular argelino (ANP), por duvidar do apoio da população na luta contra os grupos islâmicos armados, teria escolhido "privatizar" a segurança apoiando-se nos antigos *mujahidin*. Constata-se, como no caso dos chefes de guerra do Afeganistão, como são tênues as fronteiras de classificação entre guerrilhas políticas, étnicas, criminosas ou milícias de clãs.

No caso argelino, o Exército Islâmico de Salvação (AIS), braço armado da Frente Islâmica de Salvação (FIS), que assumia objetivos políticos, desapareceu para deixar espaço aos Grupos Islâmicos Armados (GIA), cujas ações criminosas (roubo, pilhagem e massacres) tornaram-se essenciais para a sua sobrevivência e até mesmo para a sua identidade²⁹. Outros grupos têm como ambição apenas proteger o espaço tradicional de seus clãs ou de suas etnias, sem objetivo nacional declarado, como os *technicals*.

A ajuda financeira ou militar internacional tinha como efeito encorajar a unidade destes grupos, quer fossem rebeldes ou governamentais, garantindo uma certa estabilidade política e rendas regulares. Mas a perda desses apoios reverteu a tendência e exacerbou o caráter fragmentário, volátil e imprevisível desses "grupos armados não governamentais". A radicalização de alguns deles é um sinal tangível de sua adaptação às novas condições para açambarcar recursos. Deste modo, às novas economias de guerras baseadas na depredação e no crime corresponde uma forma de organização política muito dispersa e autônoma, de uma violência extrema.

Por muito tempo restrito a zonas específicas ou a santuários, o fenômeno agora se apresenta em todas as regiões do planeta. O fim da guerra fria afastou os impedimentos materiais que entravavam o seu desenvolvimento. Permitiu, principalmente, a circulação de uma grande quantidade de armas de guerra vindas dos antigos países socialistas e do mercado livre norte-americano³⁰, mas também o acesso às economias de países ocidentais para financiar as atividades criminosas (droga, diamantes). O caráter

²⁷ KEPEL, Gille. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. BIBLIEX. Rio de Janeiro, 2003.

²⁸ GRANGE, Arnaud De la. **Mondes rebelles**. Michalon, 2002.

²⁹ Idem.

³⁰ ISEMBERG, David. **Soldiers of fortunes**. Washington, 1997.

internacional dessas atividades constitui a mais eficaz das proteções diante de Estados pouco acostumados a agir além de suas fronteiras.

Esta explosão da violência privada desencadeia a multiplicação de pequenos focos de crise que não despertam mais, obrigatoriamente, o interesse das grandes potências, pouco interessadas em colocar forças nessas regiões, *a fortiori* sob o mandato da ONU. Os Estados enfraquecidos, não importa qual seja a sua legitimidade, não dispõem de equipamentos militares suficientes e às vezes recorrem às empresas de segurança internacionais. Algumas impõem aos investidores ou agentes estrangeiros que assegurem a proteção de suas instalações como é o caso das instalações petrolíferas de Angola, Congo ou Argélia. E nestes casos asseguram a formação, segurança dos locais e também o ativo mercenarismo. A África é o continente predileto para tais atividades.

Outra consequência: os riscos em relação aos crimes se multiplicaram para os atores privados (empresas, organizações não-governamentais) ou públicos (organizações da ONU) de dimensão internacional que não têm mais interlocutores do governo com credibilidade nas zonas em crise. O crescimento das empresas de segurança com vocação internacional constitui a resposta privada a essa nova situação.

Mas o fenômeno não se resume ao mercenarismo. As atividades das empresas de segurança internacional respondem a uma necessidade maior; elas vão desde a análise do "risco-país" para os investidores até a assessoria aos governos em matéria de organização militar ou compra de equipamentos e inclusive treinamento das forças (incluindo nisso o combate), passando pelo apoio logístico às operações humanitárias ou às forças da ONU.

Um debate aprofundado sobre a proibição do mercenarismo supõe um esclarecimento destas grandes questões, com o risco de tornarem estes textos internacionais atuais ou futuros pouco aplicáveis. Desta forma, além dos "mercenários", os "voluntários" são excluídos do primeiro protocolo adicional, de 1997, na Convenção de Genebra sobre o Mercenarismo ou das convenções da OUA (3 de julho de 1977)

Nesses últimos 15 anos, uma parte do planeta foi submetida a uma profunda "somalização": a fragmentação e a dissolução das estruturas de poder em alguns Estados minados pela corrupção provocam o renascimento de identidades pré-coloniais e a destruição da

economia legal. Os "grupos armados não-estatais" – mais de 400, presentes em 90 países – tornaram-se verdadeiros atores dessas crises de baixa intensidade³¹."

³¹CREVELD, Martin Van. **Transformation of the war**. Nova York ,1991.

Bibliografia.

Fontes Primárias

Informe da Comissão de Direitos Humanos, “O direito dos povos e a livre determinação e sua aplicação aos povos submetidos a dominação colonial ou estrangeira” . Carta enviada a 10 de fevereiro de 1994 ao presidente da Comissão de Direitos Humanos no 50º período de sessões acerca da Missão permanente da República Federativa da Iugoslavia.

Fontes Secundárias

BOBBITT, Philip. **A Guerra e a Paz na história moderna**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.

BOWDEN, Mark. **Falcão Negro em Perigo**, Rio de Janeiro, Landscape Editora, 2006.

CLARCK, Wesley. **Waging Modern War: Bosnia, Kosovo, and the Future of Combat**. Public Affairs Press, 2001.

CREVELD, Martin Van. **Transformation of the war**. Nova York ,1991.

DANIEL, Jean-Phillippe. *La politique militaire de la France au Sud du Sahara, du discours de la Baule à l'opération Hadès: du désengagement à la privatisation?*. Université de Panthéon-Sorbonne, 2000.

GRANGE, Arnaud De la. **Mondes rebelles**. Michalon, 2002.

HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela Força**. Bibliex. Rio de Janeiro, 2000.

ISEMBERG, David. **Soldiers of fortunes**. Washington, 1997.

KEPEL, Gille. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. Bibliex. Rio de Janeiro, 2003.

PAUTREMAT, Pascal Le. **Les nouveaux acteurs de la sûreté des entreprises**, Paris, 2002.